Nº do documento: (S/N) Tipo do documento: PROJETO DE LEI

Descrição: INSTITUI A POLÍTICA DE CUIDADO INTEGRAL ÀS PESSOAS COM FALTA DE AUTONOMIA PARA

AUTOCUIDADOS EM RAZÃO

Autor: 100016 - DEPUTADO DE ASSIS DINIZ Usuário assinador: 100016 - DEPUTADO DE ASSIS DINIZ

Data da criação: 08/07/2025 08:42:08 **Data da assinatura:** 08/07/2025 08:42:42



GABINETE DO DEPUTADO DE ASSIS DINIZ

AUTOR: DEPUTADO DE ASSIS DINIZ

PROJETO DE LEI 08/07/2025

INSTITUI A POLÍTICA DE CUIDADO INTEGRAL ÀS PESSOAS COM FALTA DE AUTONOMIA PARA AUTOCUIDADOS EM RAZÃO DA IDADE, DE DEFICIÊNCIAS OU DE DOENÇAS FÍSICAS E MENTAIS NO ÂMBITO DO ESTADO DO CEARÁ.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado a instituição da Política de Cuidado Integral às Pessoas com falta de autonomia para autocuidados em razão da idade, de deficiências ou de doenças físicas e mentais, seguirá integralmente na sua implementação as regras da Lei Federal nº 14.878 de 04 de junho de 2024 e da Lei Federal nº 15.069, de 23 de Dezembro de 2024.

Parágrafo Único: A Política de Cuidado Integral às Pessoas com falta de autonomia para autocuidados em razão da idade, de deficiências ou de doenças físicas e mentais, será efetivada por meio da articulação multi-setorial, especialmente de áreas como saúde, assistência social, direitos humanos, educação, trabalho e renda, lazer e turismo, inovação, tecnologia e outras que se mostrem essenciais nas discussões e implementação da Política no Estado do Ceará.

- Art. 2º São princípios da Política de Cuidado Integral às Pessoas com falta de autonomia para autocuidados em razão da idade, de deficiências ou de doenças físicas e mentais:
- I Respeito à dignidade e aos direitos humanos de quem recebe cuidado e de quem cuida;
- II universalismo progressivo e sensível às diferenças;
- III equidade e não discriminação;

- IV promoção da autonomia e da independência das pessoas;
- V corresponsabilidade social entre homens e mulheres;
- VI antirracismo;
- VII anticapacitismo;
- VIII anti-etarismo;
- IX- interdependência entre as pessoas e entre quem cuida e quem é cuidado;
- X- direito à convivência familiar e comunitária:
- XI- parentalidade positiva;
- XII- valorização e respeito à vida, à cidadania, às habilidades e aos interesses das pessoas; e
- XIII- promoção do cuidado responsivo.
- Art. 3º As diretrizes da Política de Cuidado Integral às Pessoas com falta de autonomia para autocuidados em razão da idade, de deficiências ou de doenças físicas e mentais, seguirão integralmente na sua implementação as regras da Política Nacional de Cuidados e da Política Nacional de Cuidado Integral às Pessoas com Doença de Alzheimer e Outras Demências, e são:
- I A política abrangerá diferentes graus de autonomia dos sujeitos em situação de cuidado;
- II a integralidade do cuidado considerados os contextos social, econômico, familiar, territorial e cultural em que estão inseridos os receptores do cuidado;
- III a transversalidade, a intersetorialidade, a consideração das múltiplas desigualdades e a interculturalidade das políticas públicas de cuidados;
- IV a garantia da participação e do controle social das políticas públicas de cuidados na formulação, na implementação e no acompanhamento de suas ações, programas e projetos;
- V a atuação permanente, integrada e articulada das políticas públicas de saúde, assistência social, direitos humanos, educação, trabalho e renda, esporte, lazer, cultura, mobilidade, previdência social e demais políticas públicas que possibilitem o acesso ao cuidado ao longo da vida;
- VI a simultaneidade na oferta dos serviços para quem cuida e para quem é cuidado, reconhecida a relação de interdependência entre ambos;
- VII a acessibilidade em todas as dimensões;
- VIII a territorialização e a descentralização dos serviços públicos ofertados, considerados os interesses de quem cuida e de quem é cuidado;
- IX- o fomento aos municípios e territórios para estimulo na organização de políticas de cuidados locais com a articulação intermunicipal;
- X- a formação continuada e permanente nos temas de cuidados criando programas e incentivos nas redes públicas de saúde e educação para:

- a) servidoras e servidores estaduais e municipais que atuem na gestão e na implementação de políticas públicas;
- b) prestadores de serviços que atuem na rede de serviços públicos ou privados; e
- c) trabalhadoras e trabalhadores do cuidado remunerados e não remunerados, incluídos os familiares e comunitários;
- XI- o reconhecimento e a valorização do trabalho de quem cuida e do cuidado como direito, com a promoção da corresponsabilização social e entre homens e mulheres, respeitada a diversidade cultural dos povos;
- XII- para garantir a qualidade e a padronização na formação e capacitação de cuidadores buscará uniformização nos cursos no âmbito público e privado;
- XIII- garantia de acesso à capacitação e formação de cuidados;
- XIII- amparo aos familiares que cuidam se seus familiares de forma precária.
- Art. 4º A Política de Cuidado Integral às Pessoas com falta de autonomia para autocuidados em razão da idade, de deficiências ou de doenças físicas e mentais terá como público prioritário:
- I Crianças e adolescentes, com atenção especial à primeira infância;
- II pessoas idosas que necessitem de assistência, de apoio ou de auxílio para executar as atividades básicas e instrumentais da vida diária;
- III pessoas com deficiência que necessitem de assistência, de apoio ou de auxílio para executar as atividades básicas e instrumentais da vida diária;
- IV trabalhadoras e trabalhadores remunerados do cuidado; e
- V trabalhadoras e trabalhadores não remunerados do cuidado.
- Art. 5° O Poder Executivo deverá criar programa específico através dos órgãos competentes para o c u m p r i m e n t o d e s t a l e i .
- Art. 6° As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo.
- Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Há muitos anos, milhares de famílias vem vivenciando o drama de ausência de cuidados específicos com familiares em razão dos problemas da idade, da portabilidade de deficiência inclusive intelectual, quando perdem sua autonomia para o autocuidado, com relação a higiene pessoal, medicação e outras atividades diárias e necessárias para a vida. Muitas famílias são prejudicadas com perda de empregos, entre outras

privações para terem que cuidar de seus entes quando este fato ocorre. Recentemente o Governo Federal criou a Política Nacional de Cuidados pela Lei Federal 15.069/24, dando impulso para que os estados possam gerar sua própria política e incentivando que, na área da saúde e da assistência, haja políticas públicas complementares e que possam de alguma maneira auxiliar as famílias. Além disso, há casos em que os necessitados de cuidados não possuem familiares ou são por eles abandonados

Por outro lado, há a questão da proliferação de cursos para cuidadores, sem que haja um controle pelo estado e uma organização. Esta é a proposta deste projeto, que além das diretrizes e dos princípios, produz a organização da capacitação dos cuidadores e cuidadoras para uniformizar o conhecimento a ser ensinado a estes profissionais, para que possam cada vez mais oferecer qualidade aos cuidados dos usuários e necessitados.

Neste sentido, o presente projeto cria a política estadual para os cuidados e idosos, crianças adolescentes e adultas que necessitem destes cuidados de saúde e de apoio para a vida normalizada.

DEPUTADO DE ASSIS DINIZ

DEPUTADO (A)